CAMARA MUNICIPAL DE GARCA
9ª SESSAO EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1.998
PRESIDENTE: CORNELIO CEZAR KEMP MARCONDES E VALERIA VIZZOTTO "AD HOC"
SECRETARIA: NEUZA ALBERTI SERAPIAO

Aos vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e oito, no Plenário da Câmara Municipal de Garça, com início às vinte e uma horas e doze minutos, sob a presidência do vereador Cornélio Cézar Kemp Marcondes, Presidente e Valéria Vizzotto Vice-Presidente "ad hoc", e secretariada pela vereadora Neuza Alberti Serapião, 1ª Secretária, realizou-se a 9ª Sessao Extraordinária de mil novecentos e noventa e oito. Feita a chamada inicial dos senhores vereadores, constatou-se as seguintes presenças: Adamir Maurício de Barros, Ademar José Salvador, Celso Antonio, Cornélio Cézar Kemp Marcondes, Joaquim Sérgio Pereira, Prof. Pato, Luiz Kunita, Lico; Maurício Massao Ogawa, Milton Pinheiro de Oliveira, Neuza Alberti Serapião, Nivaldo Aparecido Couto, Paulo Celso Frabetti Vieira, Sérgio Roberto Scaquette, Valdemar Zimiani, Valéria Vizzotto e Cateto, totalizando 17 edis presentes à Sessao. Havendo número legal para o início dos trabalhos e, considerando válida a chamada única, o senhor Presidente declarou aberta a presente Sessao, passando-se para a Ordem do Dia, conforme dispõe o Regimento Interno em vigor. ITEM - PROJETO DE LEI Nº 21/98, do Sr. Prefeito Municipal, solicitando autorização para conceder os serviços de limpeza pública e coleta de lixo, à empresa particular. 2ª DISCUSSAO E VOTAÇAO. Colocado em discussão, ocupou a tribuna o vereador PROF.PATO: o vereador manifestou-se contrariamente ao Projeto em pauta e conclamou seus colegas a votarem contra a aprovação do mesmo, argumentando que aquela terceirização do serviço público traria novos encargos para os munícipes contribuintes e que nada via no processo de terceirização que obrigasse a empresa que assumisse os serviços terceirizados a absover o contingente de funcionários da Prefeitura, desta mesma área, acrescentando que os equipamentos da Prefeitura para a coleta de lixo não seriam aproveitados pela nova permissionária. A Mesa informou e divulgou a Mensagem Aditiva a este Projeto recebida do Sr. Prefeito Municipal. O vereador Luiz Kunita solicitou a suspensão desta Sessão por cinco minutos que, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade de votos. Pela ordem, o vereador Cateto solicitou e a Mesa determinou a realização de nova chamada para a verificação de presença dos senhores vereadores, constantando-se a ausência dos vereadores Luiz Kunita e Adamir Maurício de Barros, totalizando 15 edis presentes à sessão. Reaberta a discussão do Projeto de Lei nº 21/98, ocuparam a tribuna os vereadores CORNÉLIO CÉZAR KEMP MARCONDES: o vereador esclareceu que este Projeto tinha por finalidade a aprovação da abertura de um crédito especial para receber do governo estadual um repasse de recursos com fins específicos. Disse ainda que caso este Projeto fosse rejeitado, um outro similar seria encaminhado pelo Executivo Municipal, acarretando novas despesas. O vereador ainda disse que os valores anunciados dos custos ao contribuinte pela terceirização já estavam em vigor, sendo cobrados através do carnê do IPTU, e conclamou a Câmara a apresentar soluções a este projeto e ou alternativas que o viabilizassem. Em aparte, o vereador PROF. PATO questionou o valor final da tarifa de água, e se a mesma seria cobrada em dobro, e o orador esclareceu que a tarifa de água era diferente da do lixo e em novo aparte o vereador PROF.PATO questionou se com o não pagamento da tarifa de limpeza pública se quitaria a conta de água. O orador sugeriu que os edis procurassem apresentar sugestões parta melhorar o Projeto.

Finalmente, solicitou o adiamento da discussão e votação deste Projeto por duas sessões ordinárias que, colocada em votação, foi rejeitada por maioria de votos. CATETO: o vereador manifestou-se contrário a este Projeto e solicitou que não o aprovassem, argumentando que o mesmo acrescentaria difildades aos contribuintes que, no caso do não pagamento da conta de água, por causa da nova taxa, teriam o fornecimento interrompido. PAULO CELSO FRABETTI VIEIRA: o vereador sugeriu que este projeto necessitava de mais tempo para ser analisado pelos Edis e disse que via dificuldade em dar o seu parecer a este Projeto, pelo tempo abreviado para sua análise, questionando a capacidade de todos para fazer o mesmo. VALDEMAR ZIMIANI: o vereador comentou a complexidade deste Projeto e a dificuldade do vereador para decidir o seu voto, argumentando que se via na iminência de prestar contas ao eleitor mas tinha que ponderar a posição da Prefeitura. Em aparte, o vereador CATETO lembrou que a partir da votação do novo Código Tributário a taxa de polícia para este exercício teve aumento real acima da inflação. O orador à tribuna concluiu dizendo que o vereador estava mais próximo do eleitor e recebia os reclamos destes, argumentando que a votação favorável ao Projeto do IPTU já havia acarretado um aumento das despesas do contribuinte e este Projeto viria agravar a situação do contribuinte. SERGIO ROBERTO SCAQUETTE: o vereador disse que a nova tarifa iria representar mais taxação para o contribuinte e sugeriu que projetos oriundos do Executivo, de natureza polêmica, fossem submetidos anteriormente aos edis, para discussão preliminar e questionou se esta terceirização teria alguma relação com o processo pendente na Justiça, relativo ao pagamento das taxas de IPTU. VALÉRIA VIZZOTTO: a vereadora disse que via as reuniões promovidas pelo Executivo, para discutir os Projetos de sua autoria e encaminhados à Câmara, como inválidas. Ainda demonstrou cálculos que demonstravam um acréscimo mais siginificativo nas contas de água, por conta da nova taxa, para os consumidores localizados nas zonas periféricas da cidade. A vereadora disse que se possível fosse mudaria sua votação favorável ao Projeto do Código Tributário, diante do que julgou falta de cumprimento de promessa pelo Executivo, acrescentando que a população já se via sobrecarregada de encargos através de impostos, conclamando seus colegas a também votarem contra a aprovação deste Projeto. CELSO ANTONIO: o vereador manifestou-se contrário a esse Projeto em discussão, destacando que a aprovação do mesmo iria criar um problema social envolvendo os funcionários da Prefeitura, do setor de limpeza pública, que não fossem aproveitados pela empresa que assumiria a terceirização dos serviços, lembramndo que o sr. prefeito se apresentava como combatente dos problemas sociais. Falou ainda da nova taxa que seria criada e a questão financeira para o contribuinte, solicitando a todos os edis presentes que rejeitassem este Projeto. Encerrada a discussão, ocuparam a tribuna, para encaminhamento de votação, os vereadores: Cornélio Cézar Kemp Marcondes(PSB): [saudações]"...Fazemos as considerações sobre algumas coisas que aqui foram ditas, pois nós temos convicção firmada, diante dos últimos pronunciamentos, que a votação é uma votação política, infelizmente. Nenhum prefeito gosta de aumentar impostos. Não só pela cultura brasileira de não gostar de pagar imposto. E se houve um reajuste do IPTU, em média de 28% para este exercício, e a recriação de várias taxas -- porque cinco anos atrás existia taxa de lixo e ninguém reclamava, todo mundo pagava. Houve um motivo: qual foi o motivo? O motivo foi o rombo deixado pela administração anterior. E não sou eu que estou dizendo. Até poderia achar que só porque eu tenho ligações com a Administração, até de sangue, mas é o Tribunal de Contas que está dizendo. Um milhão e seiscentos mil reais de furo. Esse dinheiro foi parar em algum bolso, menos no bolso do povo. Não se viu os melhoramentos desse tipo de recurso. Isso infelizmente uma parte da Câmara não está interessada em saber onde foi parar

esse dinheiro. Se houve, portanto, esse reajuste, foi para se evitar que escolas fechassem, mandassem funcionários embora, que se cortassem ambulâncias, deixassem as que tinham lá sucateadas, as máquinas, enfim, todos os serviços públicos. Está se buscando um controle, inclusive da usina de lixo, que foi construída de forma irregular, conforme notificação da própria CETESB. Um mês depois da inauguração, a Administração anterior já foi notificada, multada a Prefeitura, porque a Usina estava irregular. E a Usina dá, logicamente, prejuízo de R$ 15 mil, principalmente tendo sido construída de forma irregular, conforme estudo que está nas mãos de cada um dos senhores; são necessários quase R$ 170 mil para se adequar a Usina. Quando a Prefeitura vai ter condições para isso? Quem sabe a oposição possa dizer. Inclusive, esclarecer também sobre reunião. O vereador fala que tem que ter reunião antes de vir [o Projeto] para a Câmara, a outra vem aqui e diz que não precisa ter mais reunião, que ela sabe tudo. Então não dá para a gente entender. Está virando o samba do criolo doido, aqui na Casa. Manda uma Mensagem, conforme disse o vereador que me antecedeu, se tivesse vindo junto com o Projeto, a mensagem aditiva, poderia ser adiado. Ora, a mensagem veio hoje e Vossas Exas. não concordaram com o adiamento. Mais uma prova de que a votação é política. Ação na Justiça... Há sete meses já praticamente, dessa propalada Ação, até hoje não se viu Ação nenhuma. Se existe, são boatos na cidade para confundir a cabeça da população. Depois não vai ser julgado improcedente, se é que vai vir Ação, e quem que vai pagar multa, juros e correção monetária do povo que não pagou, acreditando nessas pessoas que falaram que não precisava pagar? Será que esses mesmos vereadores vão pagar? Será que quem assinou esta lista de mil e quinhentos nomes vai pagar, rachar a diferença com a parcela da população que está iludida, achando que essa Ação pode prosperar, sendo que ela nem se iniciou ainda na Justiça? Se houvesse um mínimo de possibilidade jurídica certamente o Ministério Público já teria intentado, já teria ingressado em juízo contra a Prefeitura. Então, é mais uma irresponsabilidade de quem fala que tem Ação na Justiça, porque não tem ação nenhuma. A conta é proporcional ao consumo de água, como está a proposta aqui no Projeto, só vai pagar mais, a tarifa de limpeza pública, aquele que consumir mais água, conforme nós procuramos aqui justificar. E se não for agora, parece que já existe até, extraoficialmente sabemos, um Projeto no Congresso Nacional, de que a médio prazo vai ser obrigatório em todos os municípios a cobrança de tarifa ambiental numa mesma conta: água, esgoto e lixo. Então nós só estaríamos antecipando esses fatos, até para Garça sair na frente e mostrar progresso rumo à modernidade. E, de Usina de lixo nós já falamos, e nosso tempo está se esgotando. Então, nós temos a convicção, mais uma vez, de que a exemplo da votação do Iapen, esta é uma outra votação política da Casa, ninguém está oferecendo proposta nenhuma. Só querem simplesmente votar contra. O vereador disse que se poderia mandar um outro Projeto, deve vir um outro Projeto mas, certamente, se continuar nessa linha de raciocínio, também vai ser rejeitado, ninguém vai querer melhorar em nada; depois o serviço continua, deficiente e vão ter argumentos para criticar a administração, para criticar o coitado do lixeiro que não está recolhendo direito o seu lixo. E sobre a votação do IPTU, aqui foi dito por uma vereadora, de que foi enganada, que o Prefeito não empenhou a palavra, que o Amâncio não empenhou a palavra, o vice-prefeito não empenhou a palavra. Realmente é lamentável. Não só ela, mas vários vereadores, para não dizer todos, participaram dessa reunião na Prefeitura, que foi realizada momentos antes da votação e o que foi votado foi o que estava no Código Tributário. Portanto, se ela não teve a oportunidade de ler, ou ela não teve a capacidade para interpretar o que estava escrito no Código Tributário, é realmente outra coisa lamentável, porque ela não deveria estar aqui, ela deveria

estar no jardim da infância, para aprender a somar ou aprender a ler. E só pode honrar a calça que veste e quem usa as calças". PROF. PATO(PSDB): o vereador apresentou estatísticas que demonstravam a proporção do valor a ser cobrado pelas novas taxas, e as parcelas de contribuintes a serem afetados, tendo solicitado aos senhores vereadores que votassem contra o Projeto e assumissem suas responsabilidades com o eleitor. CATETO(PL/PTB): o vereador manifestou o seu voto contrário a este Projeto em pauta, tendo criticado a atual administração que reclamava dos dívidas deixas das pelo governo municipal anterior, e que já acumulava débitos superiores àqueles, já na metade do seu mandato. SÉRGIO ROBERTO SCAQUETTE(PPB): o vereador lembrou que fora contra o IPTU/98, mas não havia incitado a população ao seu não pagamento, dizendo que isto era decorrência do acréscimo nas contas decorrenmtes das taxas embutidas, sugerindo que o Executivo fizesse algum tipo de acordo com os contribuintes visando ao recebimento das contas do IPTU em atraso, e o equilíbrio das finanças da Prefeitura. A Mesa informou que, de acordo com dispositivos regimentais em vigor, o quórum exigido para a aprovação desta matéria era o da maioria absoluta e o sistema de votação o nominal. Colocado em votação, o Projeto foi rejeitado por unanimidade de votos. Nao havendo mais matéria na Ordem do Dia, o senhor Presidente, em nome de Deus, declarou encerrada a Sessao, da qual foi lavrada esta Ata. Garça, 29 de junho de mil novecentos e noventa e oito.----

CORNELIO CEZAR KEMP MARCONDES
Presidente

VALERIA VIZZOTTO
Vice-Presidente

NEUZA ALBERTI SERAPIAO
Secretária